

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

O pensamento de John Maynard Keynes na década de 30: crise e recuperação nos EUA
(1933-1942)

Aluna: Daphnae Helena Picoli

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira

MONOGRAFIA

Aluna: Daphnae Helena Picoli

O pensamento de John Maynard Keynes na década de 30: crise e recuperação nos EUA (1933-1942)

Prof. Orientador: Prof.Dr. CARLOS ALBERTO CORDOVANO VIEIRA

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são, em primeiro lugar, aos meus camaradas, companheiros de vida e de luta pela transformação dessa sociedade, por um mundo em que possamos gozar da beleza da vida: Iuri, Gabriel, André, Caio, Bárbara, Patrícia e Gaga. Em especial, vão à Flávia, pela amizade profunda que temos, companheira de faculdade, de luta e de escolha de vida, parceira intelectual, sem a qual esse trabalho não seria possível.

Agradeço ao meu orientador Carlos Alberto Cordovano, que me ajudou a escolher o tema que permitisse o exercício da crítica à economia.

Pelo apoio durante toda a graduação e amor profundo, agradeço à Fabíola e a Rogério.

Por último, dedico a minha pequena pesquisa aos trabalhadores e à juventude que tem se levantado em todo o mundo, desde o estouro da crise capitalista, contra a miséria e opressão que esse mundo nos submete.

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1 - A visão de mundo de John Maynard Keynes.....	8
1.1 Introdução	8
1.2 - A teoria de G.E. Moore.....	9
1.3 - A visão de mundo de Keynes.....	12
1.4 - A visão de mundo keynesiana e sua concepção de Estado	16
Capítulo 2 - Keynes e o New Deal	18
2.1 - Introdução	18
2.2 - EUA: Grande Depressão e New Deal.....	19
2.3 - Críticas e sugestões de Keynes ao <i>New Deal</i>	22
Capítulo 3 - New Deal: Keynes e as opções de Roosevelt.....	31
3.1- Introdução	31
3.2 - A visão de mundo Keynesiana em suas propostas para <i>New Deal: moral risk e business confidence</i>	31
3.3 - <i>New Deal</i> : instabilidade política nos Estados Unidos e as opções de Roosevelt.....	35
Conclusão	40
Bibliografia.....	42

Introdução

Nesse trabalho buscaremos pesquisar o pensamento político de John Maynard Keynes. Na nossa opinião, esse tema ganha importância, pois desde o estouro da crise de 2008 e suas comparações com a Grande Depressão da década de 1930 se aprofundou o debate sobre a teoria de Keynes e muitos foram os economistas que apontaram as saídas políticas keynesianas como forma de superar essa crise. Inclusive, algumas medidas foram realmente aplicadas, como por exemplo a emissão monetária e a coordenação entre os estados nacionais.

Faremos essa pesquisa por meio das cartas que escreveu a Franklin D. Roosevelt no início da década de 1930 sobre a experiência política do *New Deal*. Nestes escritos, o problema da recuperação econômica (aumento de renda, do emprego e da produção) num ambiente de profunda crise e incerteza é colocado por Keynes como o principal desafio a ser solucionado. Ainda, segundo o autor, pela importância que havia os Estados Unidos naquele momento, essa experiência, se bem sucedida, poderia abrir novas fronteiras com a possibilidade de uma saída pacífica para os problemas do capitalismo, mantendo a estrutura do sistema. Nesse sentido que Keynes faz críticas e sugestões de uma *Agenda* para que o Estado norte-americano conseguisse dar uma resposta à Grande Depressão.

Num primeiro momento, buscaremos relacionar a *Agenda* proposta por Keynes (aumento dos gastos públicos, plano de obras públicas, desvalorização do dólar, redução da taxa de juros, entre outros) com a visão de mundo do autor. Nosso objetivo é enxergar de forma mais integral (na teoria econômica, política e na filosofia) a conexão entre as saídas concretas que propunha para os "problemas do capitalismo" (entre eles a incerteza, o risco, a desigualdade- todos elementos acentuados num ambiente de crise) com a forma com que concebia a motivação das ações dos indivíduos. Faremos isso recorrendo a uma das bases filosóficas do pensamento de Keynes que é o filósofo George Edward Moore e traçando elementos (categorias utilizadas, por exemplo) dessa filosofia que constituem a forma de pensamento do economista, como por exemplo a noção de todo orgânico e de *states of mind*.

Nosso objetivo é investigar, também, em que medida essas sugestões foram

aplicadas pelo governo de Franklin D. Roosevelt durante a década de 1930, tendo em vista que a conformação do plano de governo para o New Deal foi feita sem uma linha teórica que unificasse os idealizados desse programa e representou mais uma resposta às questões que iam sendo colocadas tanto no âmbito econômico como no âmbito dos conflitos entre capital e trabalho. Basearemos essa investigação em três principais cartas que condensam as críticas e as sugestões mais importantes de Keynes sobre o New Deal: *An open letter to President Roosevelt*, *Roosevelt economic experiments* e *An Agenda for the President*.

Como veremos, algumas dessas medidas foram aplicadas e outras não foram, ou foram apenas parcialmente, em base a isso iremos traçar algumas possibilidades que nos permita apontar para responder porque essas medidas não foram aplicadas. A nossa hipótese principal é de que o grande processo de mobilização dos trabalhadores na década de 1930 nos Estados Unidos, um processo profundo que deu origem, em 1934, a uma nova central sindical no país a CIO, teve peso relevante na política nacional de Roosevelt e dificultou que elementos da *Agenda* Keynesiana fosse levada a cabo. Faremos essa pesquisa a partir, principalmente, de artigos da revista *The New Internationalist* escritos durante a década de 1930.

Capítulo 1 - A visão de mundo de John Maynard Keynes

1.1 Introdução

O ponto de partida para investigarmos o pensamento político de John Maynard Keynes, em especial a sua concepção de Estado, é entendermos as bases de sustentação desse pensamento. Faremos isso a partir da visão de mundo do autor, mais especificamente, na forma como concebia as motivações dos indivíduos e a estrutura da sociedade, como enxergava o mundo a sua volta, contra quais concepções escrevia e o que propunha como ideal de sociedade.

Destarte, o primeiro elemento que é necessário pontuar (embora não seja nosso objetivo nesse trabalho desenvolvê-lo) é o contexto geral histórico em que Keynes escreve.

O início do século XX, particularmente as décadas de 1920 e 1930 – época de maior maturidade teórica e política do autor- foram marcadas pela Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a Grande Depressão de 1929, ou seja, acontecimentos de grande envergadura que levaram a economia capitalista à beira da catástrofe. Do ponto de vista da política econômica, os principais Estados capitalistas viveram um período de guerra, desemprego, inflação, desvalorização monetária, que colocaram em xeque a premissa do *mainstream* de não interferência do Estado nas forças “reguladoras e eficientes” do livre mercado, principalmente depois do esforço de guerra por parte dos Estados nacionais, de gastos e controle da economia que mostravam as possibilidades de uma forte atuação estatal.

Keynes escreve em *O fim do laissez faire* em 1926: “A experiência da Guerra na organização da produção socializada deixou alguns observadores mais próximos com um otimismo ansioso em reproduzi-la em condições de paz”. Este período também é marcado pela perda de influência da Inglaterra, país do autor, berço do liberalismo econômico, com o ascenso de potências como EUA e Alemanha, as quais passam a questionar seu papel de liderança.

Ainda que o pensamento liberal se conservasse vigoroso, toda essa conjuntura histórica, por um lado fortalecia as críticas já realizadas no século XIX ao liberalismo econômico, como, por exemplo, a teoria marxista, que desafiou a validade de leis fundamentais como a Lei de Say e para a qual a saída era questionar o sistema como um todo, propondo uma nova sociedade cujo exemplo estava na experiência da União

Soviética; por outro lado, incitava novas críticas ao *laissez faire* questionando suas bases filosóficas - como é o caso da teoria de George Edward Moore -, mas sem colocar saídas políticas. É diante desse conflito que se encontra John Maynard Keynes buscando uma alternativa de atuação política que, diferentemente das propostas críticas do século XIX, não a propusesse “a partir de fora”, mas ao contrário, considerasse a não destruição das estruturas já colocadas para, então, modificá-las. Acerca desse momento de transformação, Keynes escreve:

“A disposição com respeito às questões públicas, que por conveniência denominamos individualismo e laissez-faire, originou-se de muitas fontes de pensamento e de diferentes impulsos dos sentimentos. Durante mais de cem anos nossos filósofos nos governaram porque, por um milagre, quase todos concordavam, ou pareciam concordar, sobre essa questão. Ainda hoje, não deixamos de dançar a mesma música. Mas, paira no ar uma transformação. Apenas ouvimos indistintamente o que já foram uma vez as vozes mais nítidas e claras que jamais instruíram a humanidade política. Finalmente, a orquestra de diversos instrumentos, o coro de sons articulados, está se diluindo na distância”¹.

As bases filosóficas do *laissez faire* são comumente associadas ao utilitarismo benthamiano, segundo o qual todos os indivíduos na sociedade são racionais e guiam seu comportamento buscando a maior felicidade por meio do cálculo de maximização do prazer e minimização da dor. G. E. Moore, ao contrário, acreditava que o que movia os seres humanos era a busca por estados mentais elevados, e, nesse sentido, a obtenção do prazer era apenas um meio para atingir estes estados da mente.

Nesse capítulo, buscaremos localizar a perspectiva do autor nesse conflito a partir de seus escritos.

1.2 - A teoria de G.E. Moore

Em *My early beliefs* de 1936, John Maynard Keynes esclarece o papel fundamental que a teoria de Moore, com o livro *Principia Ethica*, publicado em 1906, teve para a formação teórica do grupo intelectual de Bloomsbury, do qual fazia parte. Nesse mesmo escrito, o autor afirma que, embora tenha abandonado alguns princípios da filosofia de Moore quando maduro, a teoria ética desse livro ainda permanece como

1 KEYNES, J. M.. O Fim do ‘Laissez-Faire’. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), John Maynard Keynes, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978, pp. 106-124.

sua “religião abaixo da superfície”.

Podemos, resumidamente, encontrar quatro pilares principais para a visão chamada de utilitarismo “ideal” de Moore: i) a questão da impossibilidade da análise do “bom”; ii) a afirmação de que somente as coisas valiosas em si mesmas são estados mentais ou “*states of mind*”; iii) a doutrina de que a ação correta é aquela que visa atingir as situações desejadas; e, iv) a ideia de que a ação que deve ser destinada a provocar os estados mais desejáveis de consciência possível se qualifica pela doutrina das unidades orgânicas (SKIDELSKY, 2005).

Em relação ao primeiro fundamento de sua teoria, Moore inicia o seu livro *Principia Ethica* afirmando que a ética é comumente caracterizada como sendo o estudo sobre a conduta (boa ou má) dos indivíduos; contudo, o mais fundamental é saber analisar e definir aquilo que é o “bom” dentro do que seria a “boa conduta dos homens”. Sendo assim, o estudo dos princípios éticos é, para ele, uma investigação acerca do “bom”.

A conclusão de Moore é a da impossibilidade de análise do conceito de “bom”: sendo o “bom”, assim como o “amarelo”, uma unidade que não pode ser dividida em outras partes componentes do seu significado, podemos dizer que somos incapazes de analisá-lo e em toda tentativa de fazê-lo estaremos, em realidade, comparando o “bom” com outros significados, como, por exemplo, “bom é o que dá prazer” - o autor chama isso de “*naturalistic fallacy*”.

Esse elemento é importante porque, segundo Moore - corroborando a interpretação de Sidgwick (2005)-, essa falácia é cometida por Bentham ao definir a “conduta correta” como sendo aquela “capaz de trazer a maior felicidade possível”; sendo, nesse sentido, “correto” aquilo que traz a maior felicidade.

Para Moore, toda definição de “bom” relacionada a outros termos, como, por exemplo, “bom é aquilo que traz a maior felicidade possível”, impõe um julgamento a priori de valores implícitos na investigação, pois o fato de os indivíduos buscarem meios para obter prazer é tomado como se o prazer fosse a finalidade máxima das ações humanas.

“É fácil ver que se nós começarmos com a definição da conduta correta como a conduta que nos leva à felicidade geral; então, sabendo que a conduta correta é aquela que nos leva ao bom, nós facilmente chegamos ao resultado de que o bom é a felicidade geral. Se, por outro lado, nós reconhecemos que

devemos começar nossa Ética sem a definição, nós seremos muito mais aptos a olhar para nós, antes de adotarmos qualquer princípio ético; e quanto mais olhamos para nós, menos propensos estaremos a adotar um princípio falso”².

O segundo fundamento de sua teoria diz respeito ao fato da ação humana ser orientada pela busca por obter “estados de consciência” ou “estados mentais” elevados, ou seja, a motivação da ação dos indivíduos é a busca por estados mentais como o amor, a comunhão entre os indivíduos, a beleza e, nesse sentido, cada ação humana representa um *meio* para atingir estados mentais elevados.

“A absoluta maioria das coisas valiosas que conhecemos ou podemos imaginar são certos estados de consciência, que podem ser resumidamente descritos como os prazeres do intercâmbio humano e a fruição de coisas belas. (...) somente tais coisas constituem motivação suficiente para cumprir algum dever público ou particular; que são tais coisas que constituem a *razão de ser* da virtude; que são elas – esses conjuntos ou todos complexos, *em si* mesmos, e não somente elementos constituintes ou característicos delas -, que constituem o objetivo racional último da ação humana e o único critério do progresso social³”

Esse princípio coaduna-se com outro fundamento: o de que a ação correta para Moore é aquela que visa trazer a melhor situação possível dentro do cálculo dos seus benefícios e prejuízos. Contudo, diferentemente do utilitarismo benthamiano, para Moore a ação correta é aquela que busca o maior bem-estar geral e não aquela que, desde um ponto de vista empírico, é boa (como acreditava, por exemplo, Bentham).

Nesse sentido é que o seu utilitarismo é considerado como “Ideal”, pois as ações humanas são orientadas para busca de um bem geral, representado pela obtenção de estados mentais considerados “bons”. Ainda que Moore, de um ponto de vista lógico, tivesse rejeitado o Egoísmo, considerava que as ações humanas são guiadas por motivações egoístas, individuais, pois os indivíduos agem preferindo a garantia de benefícios presentes à insegurança do futuro.

Por último, ao contrário do utilitarismo benthamiano e da apropriação posterior daquilo que teorizou Bentham, em que a soma das consequências das ações de cada indivíduo seria equivalente ao bem-estar geral, para Moore a totalidade é enxergada como um “todo orgânico” ou “todo complexo”, em que a ação de cada um tem impactos

2 MOORE, G.E. *Princípios Éticos* In: Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

3 Op. Cit

nem sempre previsíveis no conjunto, pois os indivíduos se afetam mutuamente. Nesse sentido, para Moore, o maior bem-estar geral nem sempre é atingido a partir do bem-estar de cada um dos indivíduos. E a partir da ação de cada um não é possível se prever o impacto que esta poderá ter no todo.

"Dizer que algo é um 'todo orgânico' é geralmente compreendido por implicar que suas partes são relacionadas a um outro e a si mesmo como meios para um fim; também é compreendido por implicar que estas tem uma propriedade descrita em alguma frase como a que elas não possuem "nenhum sentido ou significado separados do todo"; e finalmente um tal conjunto é também tratado como se tivesse a propriedade para a qual estou propondo que seu nome seja restringido. Mas aqueles que usam o termo não nos dão, em geral, qualquer insinuação sobre como eles supõe que estas três propriedades estejam relacionadas entre si. Parece ser geralmente assumido que elas são idênticas; e sempre, pelo menos, que elas são necessariamente conectadas umas às outras. Que elas não são idênticas eu já tentei demonstrar; imaginá-las assim é negligenciar as próprias diferenças apontadas no último parágrafo; e o uso pode muito bem ser descontinuado meramente porque ele estimula essa negligência. ⁴".

A partir desses quatro pilares fundamentais podemos enxergar como a teoria de G. E. Moore, embora parta de um ponto de vista utilitarista, por ser uma teoria que busca encontrar qual a melhor conduta possível partindo do indivíduo, das suas motivações egoístas e a calculabilidade de suas decisões, distingue-se do utilitarismo benthamiano, base do pensamento do *laissez faire*, pelo fato de acreditar que o comportamento racional é aquele que busca a obtenção dos melhores estados da mente e não simplesmente o que busca prazer (no seu sentido empírico). Isto é, os indivíduos se orientam na busca de estados mentais elevados que nada mais representam do que valores morais, como, por exemplo, o amor, a comunhão entre os indivíduos, a beleza. Desse ponto de vista, a busca dos indivíduos pelo prazer é um *meio* para atingir esses estados e não seu *fim*.

1.3 - A visão de mundo de Keynes

O primeiro elemento que podemos apontar como parte da visão de mundo de John Maynard Keynes, e que vem da influência de Moore, é que, tanto para o primeiro como para o último, as ações individuais seriam orientadas para a obtenção de estados mentais elevados, que representam a encarnação do "bom", e a busca por esses estados

4 Op. Cit.

é o que levaria a sociedade ao maior bem-estar geral e ao progresso social.

Quando escreve sobre suas crenças na juventude em *My early beliefs* Keynes deixa bastante clara essa influência em todo o círculo intelectual de que fazia parte; contudo, em retrospecto, aponta as limitações da visão de Moore, que não apresentava uma saída política. Nesse sentido a concepção do utilitarismo benthamiano era superior como critério para atuação política à concepção do utilitarismo “ideal”. Segundo a primeira, o bom está diretamente associado à sensação de prazer, embasando o julgamento de que a melhoria do bem-estar material contribui para a soma da bondade geral, ou da felicidade geral.

“Eu não vejo nenhuma razão para modificar as intuições fundamentais da Principia Ethica; ainda que sejam demasiado poucas e muito estreitas para caber em uma experiência real que fornece um conteúdo mais rico e variado. Sua capacidade de fornecer uma justificação de experiência completamente independente de eventos externos havia se tornado um conforto adicional, (...) não somente para nossos poucos, mas também para todos os outros.⁵”

Quando Keynes vai analisar o capitalismo pós Primeira Guerra Mundial, particularmente na década de 20, período associado ao “fim da inocência” (SKIDELSKY, 2005) e à maturidade política do autor, em seu esforço teórico, ele propõe que o capitalismo produz e reproduz certos estados mentais ou certas motivações para ações. Dentre estas, uma das mais fundamentais seria o “amor ao dinheiro”, isto é, o desejo de se ter moeda. A centralidade dessa motivação particular é reforçada pelo individualismo e pela doutrina do *laissez faire*.

Esse desejo de ganho e o amor ao dinheiro são para Keynes a essência do capitalismo, representam o motor do sistema, são as principais “forças motivadoras dos mecanismos econômicos”. Uma das funções do *laissez faire* é vincular as motivações individuais ao bem coletivo. Isso é feito assumindo que essas motivações de caráter individual, tidas como uma das “mais poderosas no capitalismo”, guiam as ações dos agentes econômicos. Como maximizadores de vantagens, os agentes econômicos promovem a distribuição dos recursos de maneira ótima, isto é, de modo a aumentar a riqueza e o bem-estar geral. Contudo, para Keynes, ao invés de levar ao bem-estar geral, esses “estados mentais ou motivações” constituintes do capitalismo representam a causa

5 KEYNES, J. M. *My early beliefs*. In: JOHNSON, E., MOGGRIDGE, D. (Org) *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. X. Londres: Macmillan, 1972.

de seus principais problemas, a saber, a incerteza, o risco e a instabilidade.

Dessa forma, o problema do *laissez faire* é que este considera, como critério último para as ações humanas, os valores e motivações “econômicas”; enquanto que para Keynes, a motivação dos indivíduos deveria ser a obtenção de estados mentais elevados como a beleza, o amor, o prazer estético. Nesse sentido, a solução para os problemas econômicos exigiria também mudança nos valores da sociedade; englobaria, portanto, modificação na moral dos indivíduos. Nesse contexto, a ação do Estado viria como forma de garantir que o espírito do ganho e do amor ao dinheiro fossem diminuídos por meio da prosperidade econômica. Essa ação específica do Estado de promoção da prosperidade aparece como um meio para que os indivíduos possam verdadeiramente atingir estados mentais elevados.

É importante pontuar que a motivação do “ganho e amor ao dinheiro” é também fundamental para as bases da teoria econômica de Keynes, uma vez que este vê o capitalismo como uma economia monetária de produção, ou seja, nela os indivíduos não adquirem moeda apenas para depois trocá-la por produtos, esta não é apenas uma facilitadora da troca, ao contrário, é possível que os indivíduos adquiram moeda apenas para tê-la, por ser o ativo mais líquido, como um seguro em relação ao risco e à instabilidade característicos do capitalismo.

O segundo elemento constituinte da visão de mundo de Keynes diz respeito a sua teoria sobre a probabilidade, apresentada no “*Tratado da Probabilidade*” escrito em 1905. Nesse Tratado, Keynes faz a seguinte pergunta: quais são os princípios para uma escolha racional quando o futuro é desconhecido ou incerto?

Para respondê-la, o autor afirma que os fenômenos sociais que ocorrem na realidade, e para os quais frequentemente devemos prever seus impactos, são fenômenos complexos cuja probabilidade de ocorrência e suas consequências estão associadas às probabilidades de diferentes eventos, sendo, portanto, interdependentes; por isso, não é possível isolá-las para analisar seus impactos e, sendo assim, representam um todo orgânico. Dessa forma, nem sempre é possível calcularmos estatisticamente a probabilidade de um evento ocorrer, ou seja, embora as estatísticas sejam fundamentais, não podem servir como uma base sólida para projetar o futuro. Isso não significa, entretanto, que não seja possível haver alguma probabilidade: o autor afirma que diante da impossibilidade de se saber as consequências que cada ação individual irá causar no todo, o mais racional é reduzirmos a incerteza calculando a

probabilidade com base nas expectativas que se tem em relação ao futuro.

Essa ideia, que na teoria econômica de Keynes abre as portas para a questão fundamental da incerteza no capitalismo, é consequência, por um lado, da adoção da concepção do “todo orgânico” de Moore, pois os indivíduos não possuem, como diz a teoria de Bentham, a capacidade de prever todas as consequências de suas ações, ao contrário, a grande maioria das ações são tomadas em condições de ignorância acerca dos seus impactos; por outro, Keynes se afasta da concepção de probabilidade de Moore segundo a qual, frente a impossibilidade de sabermos os efeitos de uma ação no futuro remoto, a conduta humana deveria ser pautada pelas ações do “bom senso”, ou melhor, por aquilo que geralmente é realizado.

De fato, o que Keynes quer dizer, e isso é fundamental para entender sua posição com relação ao capitalismo, uma vez que nesse sistema as ações são tomadas num ambiente de incertezas, é que na realização de cálculos probabilísticos (que nem sempre são estatísticos) as crenças e as expectativas tem um papel importante em determinar as ações dos indivíduos. É dessa forma que Keynes justifica como racional o efeito no capitalismo conhecido como “efeito manada”, da mesma forma o “animal spirit” do capitalista, cujo “espírito” depende das expectativas com relação ao futuro num ambiente incerto.

Por último, como já foi dito, a opção política de John Maynard Keynes é buscar saídas alternativas ao *laissez faire*, mas mantendo as estruturas do capitalismo. Nesse sentido, há, na concepção do autor, elementos pelos quais se justifica a sua opção em buscar modificações a partir de reformas. Dentre estes elementos, o principal a se destacar é a questão do “moral risk” ou “risco moral”, um princípio que sugere ser mais racional buscar um bem menor que parece ter maior probabilidade de se atingir do que buscar um bem maior que parece ter pouca probabilidade de ocorrer (SKIDELSKY, 2005). Essa seria a explicação, sob a influência de Burke e Moore, para o autor criticar o marxismo e encontrar um caminho para a solução dos problemas econômicos por meio das estruturas dadas.

“Burke sempre sustentou, e o fez corretamente, que isso pode raramente ser correto... sacrificar um benefício no presente por uma vantagem no futuro duvidosa... Não é sábio olhar muito adiante; nossos poderes de predição são pequenos, nosso comando sobre os resultados infinitesimal. É, portanto, a felicidade de nossos contemporâneos que é nosso maior problema; nós

deveríamos ser muito cautelosos em sacrificar um grande número de pessoas em prol de um fim contingencial, por mais vantajoso que isso deva parecer... Nós nunca podemos saber o suficiente para fazer a chance valer a pena. Há essa outra consideração que é muitas vezes necessário enfatizar: não é suficiente que as situações que nós procuramos promover deveriam ser melhores que as situações que precedeu; isso deve ser suficientemente melhor para compensar os males da transição”⁶.

1.4 - A visão de mundo keynesiana e sua concepção de Estado

Cada um dos elementos principais apontados como constituintes da visão de mundo de John Maynard Keynes serão fundamentais para compreendermos a sua concepção de Estado e como esta se expressava nos seus escritos políticos da década de 1920 e 1930. A intervenção estatal era uma resposta para os problemas que vinham do fim do liberalismo e a 'ciência do governo' era, para Keynes, uma forma indireta que possibilitava a realização dos fins éticos de Moore. Se para o liberalismo do *laissez faire*, a liberdade de cada indivíduo significava o melhor bem-estar para toda a sociedade; para Keynes, apenas resolvendo os problemas econômicos do capitalismo é que os indivíduos poderiam aspirar a estados mentais elevados e, nesse sentido, serem livres.

Para Keynes o homem busca estados de mente intrinsecamente “bons” (amor, prazer estético, comunhão entre os indivíduos), isso é aquilo que motiva suas ações, ou pelo menos essa deveria ser a sua motivação para que a conduta humana pudesse levar ao progresso social. Principalmente porque os indivíduos não possuem o controle total das consequências de suas ações, uma vez que a ocorrência de um fato não afeta o todo de forma isolada, mas sim todas as suas partes, porque este conforma um “todo orgânico”. Nesse sentido, ao contrário do liberalismo benthamiano, o que Keynes defende é que a condição de incerteza é ponto de partida para as ações humanas e esse elemento não significa que os indivíduos não sejam racionais, sua racionalidade está em formar expectativas com relação ao futuro e dessa forma criar uma probabilidade dos eventos ocorrerem, mesmo que não seja possível quantificá-las estatisticamente.

Contudo, a sociedade capitalista produz estados mentais como o “amor ao dinheiro” que, ao contrário do bem geral, são a fonte da incerteza, do risco, da instabilidade do sistema. Nesse sentido, é fundamental o controle do risco e das

6 KEYNES, J.M. In: SKIDELSKY, R. J. A. *John Maynard Keynes, The economist as savior 1920-1937*. Nova York: Penguin Books, 2005.

incertezas, de forma a melhorar a base para os indivíduos realizarem suas expectativas, afinal, para John Maynard Keynes a derrubada das estruturas dadas se conformava apenas enquanto um ideal com horizonte muito distante e pouco provável. Logo, a saída seria minimizar, por meio de uma “ação consciente”, os riscos para que a sociedade pudesse atingir melhores estados mentais.

Assim, a ação estatal para Keynes, está relacionada com a solução dos problemas econômicos, isto é, com a minimização do risco. O Estado é o ator que, por meio da intervenção, por meio de elites intelectuais, poderia cumprir um papel não só econômico, mas também moral.

Para resolver os “problemas econômicos” (o risco e a incerteza, na visão de Keynes), é fundamental a intervenção do Estado, possibilitando por meio da construção de uma Agenda, a vinculação entre indivíduo e público. Como escreve Skidelsky (2005) em sua biografia do autor:

“O objeto da política é contentamento social. Keynes enfatizou tais bens como "calma física" e "conforto material". O primeiro é especialmente interessante. Ao longo de sua vida Keynes foi pessoalmente afetado por aquilo que ele chama de "mal estado de nervos 'produzido por eventos públicos perturbadores. Ele, então, assume, sem outro argumento, que "o governo que define a felicidade dos governados antes que ele irá servir um bom propósito, qualquer que seja a teoria ética a partir do qual se inspira”⁷.

Nesse capítulo, buscamos traçar os pilares da visão de mundo de John Maynard Keynes, partindo da grande influência de G. E. Moore e sua concepção de utilitarismo ideal no pensamento keynesiano. Além disso, buscamos apontar como isto se reflete na forma com que o autor enxergava o capitalismo e os seus problemas econômicos, bem como nas saídas políticas formuladas, particularmente em relação a sua concepção do Estado. Em seguida, iremos procurar traçar como essa visão de mundo bastante particular materializa-se, em meio à década de 30, em medidas para ação política estatal. Faremos isso analisando as cartas e manuscritos do autor sobre os primeiros anos de *New Deal*.

7 SKIDELSKY, R. J. A. *John Maynard Keynes, The economist as savior 1920-1937*. Nova York: Penguin Books, 2005

Capítulo 2 - Keynes e o New Deal

2.1 - Introdução

Os anos 1930 foram particularmente desafiadores para o capitalismo e para os economistas que buscavam soluções para recuperar os países dos impactos da Grande Depressão. É nesse ambiente que Keynes se dedica a traçar uma nova teoria econômica e a fazer propostas para ações de combate à crise, baseadas na intervenção forte do Estado na economia. Segundo Skidelsky, a aproximação de Keynes com os Estados Unidos deve-se ao fato de que, por um lado, a grande maioria dos economistas europeus seguia a ortodoxia econômica (a premissa da não intervenção estatal e dos orçamentos equilibrados) e estavam pouco abertos a novos experimentos; e, por outro, Berlim e a União Soviética (o fascismo e a revolução socialista) não eram opções a serem consideradas, restando os Estados Unidos.

"Keynes não era um notável pró-americano. Ele compartilhou todos os preconceitos culturais da sua classe contra o materialismo americano; ele também era ressentido da passagem de poder e de influência dos britânicos para os americanos. Mas, intelectualmente, ele estava mais em casa com os americanos do que qualquer outro estrangeiro. E os americanos estavam pelo menos fazendo tentativas de domar, gerir e regulamentar o individualismo desenfreado do seu sistema. Na década de 20 Keynes se admirou com a forma como o *Federal Reserve Board* manipulava para estabilizar o poder de compra do dólar; na década de 30 foi o *New Deal* que lhe gerava interesse. Desilusões na Inglaterra com livre mercado, levou Keynes não para Berlim ou Moscou, mas para Washington. Dos anos 30 em diante seus esforços e persuasões eram crescentemente direcionados aos Estados Unidos. Keynes se manteve convicto de que em matéria de economia, se não mais no mundo dos negócios, os britânicos ainda mantinham uma vantagem comparativa em relação à todos os demais. Porém, igualmente, ele entendeu que a América, e não a Inglaterra, possuía a chave da sobrevivência da civilização capitalista"⁸.

A relação de Keynes com os Estados Unidos e com o governo de Roosevelt era parte de um mesmo esforço de encontrar soluções para a Grande Depressão por dentro de um estado democrático e por dentro do sistema capitalista, realizando as reformas necessárias e tendo como premissa a necessidade da intervenção estatal e o rompimento com o *laissez faire* da livre concorrência.

⁸ SKIDELSKY, R. J. A. *John Maynard Keynes, The economist as savior 1920-1937*. Nova York: Penguin Books, 2005

Galbraith numa comparação entre o que chama de "a revolução do Roosevelt" e a "revolução Keynesiana" diz que:

"The Keynesian and the Roosevelt revolutions were, in singular measure, complementary. (...) Where Roosevelt stopped, Keynes began. Perhaps partly because Britain was more advanced in such matters, he did not share the Roosevelt commitment to social amelioration and reform. These were not at the center of his thought and system. Central, instead, was the use of the fiscal instruments of the state to raise and stabilize the levels of production and employment and counter the adverse movements of business cycle"⁹.

Nesse capítulo iremos investigar cartas e manuscritos de John Maynard Keynes para Franklin D. Roosevelt, relacionando as principais críticas e sugestões feitas pelo economista com a política econômica levada pelo Presidente no início da década de 1930. Para isso nos basearemos em três dos seus escritos *An open Letter to President Roosevelt*, *Roosevelt's economic experiments* e *An Agenda for the president*.

2.2 - EUA: Grande Depressão e New Deal

A profundidade da Grande Depressão nos Estados Unidos pode ser entendida levando-se em conta o *boom* econômico que a precedeu durante a década de 1920. Campagna faz uma análise bastante interessante quando caracteriza esse período como anos convulsivos, em contraposição às visões de que teriam sido os "roaring twenties", ou então, "a geração perdida".

É fato que este período marcou um *boom* econômico no país caracterizado por um ambiente de crescimento vertiginoso no PIB, no consumo e nos investimentos (40,7%, 57,2% e 51,4%, respectivamente). A indústria de bens duráveis e não duráveis foi a que mais cresceu na época, com desenvolvimento de novas áreas como o setor automobilístico e toda a cadeia que esse segmento arrasta consigo, como construção de estradas, produção de gasolina, engenharia de tráfego, etc. Além disso, também houve estímulo em outros setores como a indústria química e a construção civil - particularmente o habitacional. O sistema bancário, altamente pulverizado em cerca de 30.000 pequenos bancos comerciais em todo território, aumentou consideravelmente a

⁹ GALBRAITH, J.K. *Keynes, Roosevelt and the Complementary Revolutions*. In: WOOD, J. C (org.) *John Maynard Keynes: Critical Assessments Second Series*. Londres: Routledge, 1994, vol. VI

oferta de crédito para capitalistas e também para consumidores. A política fiscal e monetária do Estado seguia as premissas do *laissez faire*, do liberalismo econômico, de não interferência estatal na concorrência capitalista (MAZZUCHELLI, 2009).

"First, it is crucial to note that the economic system was functioning in a manner most favorable to the capitalist model. It would be difficult to find a period that was more receptive to the capitalist ideology. Government was not a problem but a help. There were few regulations on business; taxes were reduced; the budget showed surpluses; and the national debt was being retired. Indeed, the public sector championed the cause of a free enterprise, laissez-faire economy, and openly embraced the businessman and his ethics. Whenever the free-enterprise model faltered, government came to the rescue, as in the cases of protective tariffs¹⁰."

Ao mesmo tempo, esse foi o período da queda do desemprego (que caiu de 11,9% para 3,5% ao longo da década), do aumento do consumo e endividamento das famílias, que chegou a representar 40% do PNB do país. Houve também aumento do salário real dos trabalhadores em cerca de 25%, contudo, se comparado com a elevação de produtividade observada na indústria, mesmo com o aumento real de salário o período foi marcado pela redução dos custos de produção para os capitalistas e, conseqüentemente, o aumento da taxa de lucro (CAMPAGNA, 1987). Foi também um período de diminuição das greves e da participação sindical dos trabalhadores, em razão desse crescimento econômico vertiginoso.

"Under these conditions the supply of resources was abundant and did not hinder economic growth. Unions were declining and becoming less militant. Funds were available to finance capital expenditures, and optimism was so pervasive that the new inventions that poured forth could find financial backing. Raw materials were readily available and at reasonable prices¹¹."

Contudo, é necessário destacar que se por um lado a diminuição da atividade sindical dos trabalhadores estava relacionada com os ganhos reais no poder de compra, como apontado acima; também é verdade que durante 1919 e 1920 ocorreu uma política estatal de repressão contra a "Ameaça Vermelha" que perseguiu e deportou militantes de esquerda dos Estados Unidos como resposta às mobilizações de trabalhadores com greves importantes e vitoriosas, no início da década, em setores como a indústria do aço. Além desse elemento, a década de 1920 também viu o ressurgimento da Ku Klux

¹⁰ CAMPAGNA, A.S. *U.S. National Economic Policy 1917-1985*. Nova York: Praeger Publishers, 1987.

¹¹ Op. Cit.

Klan e a aplicação de políticas anti-imigrantes.

Esse panorama nacional não pode ser entendido sem considerarmos o aumento do peso internacional dos Estados Unidos enquanto potência capitalista e sua localização na disputa entre potências que caracteriza a primeira metade do século XX. A década dos anos 1920 marca um período em que os principais países capitalistas se voltavam para suas economias nacionais, recuperando-se dos impactos da Primeira Guerra Mundial. Contudo, no caso dos Estados Unidos (que não participou diretamente da Guerra e ao mesmo tempo lucrou com ela), o aumento vertiginoso da produção do país traria a necessidade da expansão das fronteiras econômicas em busca de mercado consumidor, e isto significaria o choque com o interesse de outras potências capitalistas e com a "partilha do mundo" do início do século XX (JOHSUA, 2012).

Esse é o ambiente que gesta a Grande Depressão nos Estados Unidos, um aumento da produção em níveis que o mercado consumidor doméstico não mais conseguia suportar (mesmo com os mecanismos de crédito altamente desenvolvidos) combinado com especulações no mercado financeiro baseadas nas projeções otimistas de lucros que seriam obtidos futuramente. A crise, gestada nas contradições do *boom* da economia, atinge em cheio as expectativas otimistas dos capitalistas e castiga profundamente os trabalhadores.

A Grande Depressão significou um gigantesco baque para a economia americana. Nos dois primeiros anos foram mais de 9.000 bancos fechados, o produto nacional se contraiu mais de 30%. A produção industrial diminuiu pela metade e os investimentos reduziram 90%. Os salários baixaram 56% e a paralisia industrial criou um exército de quinze milhões de trabalhadores desempregados. As mobilizações de desempregados em comitês e as greves por parte dos trabalhadores marcaram particularmente o ano de 1932, um ano antes da eleição de Roosevelt e do lançamento do *New Deal* (MAZZUCHELLI, 2009).

Esta demonstrou ser uma crise distinta das anteriores. Não era apenas outra crise econômica dos ciclos capitalistas, mas uma crise do capitalismo. Ao final de 1939, passados dez anos do estouro da bolsa, o produto interno bruto (PIB) nacional apenas chegava ao nível anterior a 1929, sendo que somente a preparação para a Segunda Guerra Mundial foi capaz de reverter esse quadro. Isso é fundamental porque mostra o caráter distinto dessa crise, que, ao contrário das anteriores e apesar de todos os esforços levado a cabo pelo *New Deal*, não encontrou saída fácil e o seu combate "pacífico" não

foi capaz de recuperar a economia.

Em meio a este cenário, a crença no capitalismo como sistema econômico capaz de garantir a prosperidade foi profundamente abalada. A título de ilustração, podemos citar o resultado obtido por uma pesquisa feita pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos em 1932 em que 90% dos consultados declaravam estar a favor da planificação econômica¹².

"The 1930s, unlike the 1920s, showed no sign of optimism or belief in progress. Instead, the belief in both the economic and political systems was severely shaken. Unable to reconcile or even account for the steady deterioration in the economy, many turned to alternative "isms" in the hope of finding a more secure and humane system; others began to realize that inherent instability brought about by advanced capitalism and industrialization and became bewildered. The very foundation of belief in how the world works was crumbling, and no one knew why or how to correct it¹³".

É nesse contexto que Roosevelt assume a presidência do país em 4 março de 1933, tendo sido eleito com 57% dos votos, com o discurso de mudança e de ação contra a crise. O *New Deal* deu um novo impulso para a política econômica com um novo papel do Estado em socorrer a economia da bancarrota dos grandes monopólios, tendo que lidar com uma situação também convulsiva do ponto de vista das mobilizações dos trabalhadores. Nesse sentido, podemos dizer que, sem resolver as causas profundas da crise, mas amenizando seus efeitos mais desastrosos, o *New Deal* foi se modificando para fazer frente aos processos da luta de classes, fortalecendo os mecanismos de conciliação entre capital e trabalho e outorgando concessões a setores da classe operária, particularmente o reconhecimento dos direitos de sindicalização. Foi uma resposta à economia e à luta de classes (SPECTOR, 1938).

2.3 - Críticas e sugestões de Keynes ao *New Deal*

As primeiras impressões de Keynes sobre o *New Deal* estão em *An Open Letter to President Roosevelt*. Antes de analisar o plano de governo e expor suas críticas, o economista aponta suas motivações para escrever sobre esse assunto, dizendo que Roosevelt era uma esperança para todos aqueles que pretendiam resolver os problemas

¹² SPECTOR, M. *The Collapse of the New Deal* in *The New International*, Vol. 4, Nº6, junho/1938.

¹³ CAMPAGNA, A.S. *U.S. National Economic Policy 1917-1985*. Nova York: Praeger Publishers, 1987.

econômicos por meio de uma saída racional e dentro da estrutura existente. Caso falhasse, a mudança racional seria gravemente prejudicada em todo o mundo, deixando espaço para a ortodoxia e a revolução. Caso fosse bem sucedido, novas fronteiras e métodos seriam comprovados. E "isso é razão suficiente para que eu me aventure a deixar algumas reflexões, mesmo que sob a desvantagem de escrever distante e com conhecimento parcial da situação nos EUA". Neste mesmo escrito destaca que o presidente era "a única pessoa que vê a necessidade de uma mudança profunda nos métodos e está tentando isso sem intolerância, tirania ou destruição".

O *New Deal* foi idealizado por diversos economistas nos 100 primeiros dias de governo de Roosevelt. Não havia nenhum viés teórico do ponto de vista econômico que unificava os chamados *New Dealers* (os economistas que formularam o programa de governo). Nesse sentido, o que os unificava era a necessidade política de ação para amenizar os efeitos de crise e tentar encontrar uma saída para o capitalismo que não levasse a sua destruição e que viesse acompanhada da manutenção da democracia burguesa, ainda mais frente ao fortalecimento do interesse dos trabalhadores e de intelectuais na busca por um sistema alternativo ao capitalismo (CAMPAGNA, 1987).

"Lacking of theory of a cause of the depression, not to mention the cures, the Roosevelt administration was forced to take actions without a sound justification for doing so. Rather, the justification for the New Deal policies came from pressure - political and social- to do something, and do it quickly. In the face of massive suffering, widespread fear, despair, and disillusionment, theoretical vindication of the need to act would simply have to be deferred 'This nation asks for action, and action now' were the inaugural words of Roosevelt"¹⁴.

Ainda que amparado por distintos economistas, o que marcava o *New Deal* era a necessidade de dar respostas práticas à situação. Sobre esse ponto, em *Roosevelt's economic experiments* é interessante a clareza que John Maynard Keynes tem ao caracterizá-lo como um político e não um economista, ressaltando que o Presidente agia sem um arcabouço teórico que guiasse suas ações, pois, embora fosse um empirista, ele negava fortemente na prática os conselhos da ortodoxia econômica.

"Himself an empiricist, not wedded to any particular doctrine or any one technique, tolerant, optimistic, courageous and patient, he has been happy to provide the political skill and the power of authority to give some sort of a run

¹⁴ Op. Cit.

kind of ideas, ready to judge by results, but admetly experimenting and watching carefully to drop in time schemes, the actual operation of which began to seem dangerous or disappointing"¹⁵.

Por isso é necessário destacar em primeiro lugar, e antes de nos focarmos na análise das principais sugestões de John Maynard Keynes, que toda sua análise da situação dos Estados Unidos e da política econômica do governo Roosevelt baseia-se na necessidade de gastos governamentais para atingir o objetivo da recuperação econômica, ou seja, do crescimento do produto, da renda e do emprego. Conforme escreve em *Roosevelt's economic experiments*:

"(...) como o motor fundamental em primeiro estágio da técnica da recuperação, eu deixo uma ênfase esmagadora no aumento do poder de consumo nacional resultante do gasto governamental, o qual é financiado pelos empréstimos e não é meramente uma transferência de taxaço de aumentos existentes. Nada é comparável com isso."¹⁶

A explicação, do ponto de vista de sua teoria econômica, para essa intervenção do Estado está presente em *An Open Letter to President Roosevelt* e posteriormente será desenvolvida na sua principal obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Segundo Keynes, a produção e a renda podem ser aumentados de três formas: por meio do aumento do consumo das famílias, do investimento dos empresários ou dos gastos do governo. Entretanto, num ambiente de depressão e de incertezas, nem as famílias terão renda suficiente para gastar de forma que o aumento do seu consumo tenha impacto na renda agregada e nem os empresários, num ambiente de turbulência, irão realizar novos investimentos, restando somente ao governo o papel de realizar gastos públicos e diminuir as incertezas. Esse é o ponto-chave das críticas e sugestões de Keynes ao *New Deal* e funciona como norte central para a definição de todas as outras políticas estatais¹⁷.

O gasto público dos Estados Unidos durante o período do *New Deal* variou de US\$ 4,6 bilhões em 1933 ao máximo de US\$ 8,8 bilhões em 1939, ou seja, chegou a quase dobrar ao longo do período. Contudo, se considerarmos os US\$ 35 bilhões de gastos realizados na preparação para a II Guerra Mundial (que são os capazes de recuperar os Estados Unidos da Depressão) podemos ter a dimensão de como os

¹⁵ KEYNES, J. M. *Roosevelt's Economics Experiment*. In: The Collected Writings of John Maynard Keynes. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972, p. 308

¹⁶ Op. Cit.

¹⁷ KEYNES, J. M. *An Open Letter to President Roosevelt*. In: The Collected Writings of John Maynard Keynes. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972, p. 289

primeiros gastos eram claramente insuficientes para garantir a mudança nas expectativas dos indivíduos (que era o objetivo de Keynes)¹⁸.

Durante suas cartas (escritas entre 1933 e 1934) é elemento comum a crítica ao foco do governo dos Estados Unidos em realizar muitas reformas nos mais variados setores - na indústria (*National Industrial Recovery Act*), na agricultura (*Agricultural Adjustment Act*), no sistema bancário (*The Banking Act*), no sistema monetário, na estrutura tributária do país, para citar os exemplos mais importantes - e não se dedicar ao problema da recuperação econômica. Ao contrário, para Keynes era mais coerente que o Presidente se dedicasse a realizar um grande plano de obras públicas que levasse à recuperação no curto-prazo (ainda que reconheça a dificuldade em se pensar investimentos de curto-prazo capazes de gerar emprego e atividade e a necessidade de algumas reformas), o qual lhe permitiria ganhar legitimidade entre os diversos setores da sociedade, para daí então buscar realizar as reformas sociais e econômicas necessárias.

Dentre os textos que elegemos, *An Agenda for the President* de junho de 1934 é um dos mais interessantes, pois nesse ano já era possível sentir mais concretamente os efeitos da política econômica iniciada na metade de 1933 e este foi escrito depois de uma visita do autor aos Estados Unidos, na qual conversou com o próprio Roosevelt e com diversos políticos. Além disso, o ano de 1934 foi marcado pela tensão entre capital e trabalho com uma onda de greves importantes que atingiram o país.

Nesta carta, portanto, Keynes realiza uma condensação de propostas de políticas (Agenda) a serem levadas no próximo período (seis meses a um ano). Estas propostas são quatro: i) conhecimento dos impactos e controle dos gastos emergenciais realizados pelo governo; ii) redução dos custos de produção e a formulação de um plano de habitação; iii) queda da taxa de juros de longo prazo, como parte de melhores condições de empréstimo de longo prazo; iv) manutenção de uma política monetária de desvalorização cambial.

O primeiro elemento apontado na sua sugestão de *Agenda* para o presidente é que o Estado crie uma comissão responsável por analisar os gastos emergenciais feitos pelo governo para comparar os resultados conseguidos com a estimativa prevista, e que

¹⁸ MAZZUCHELLI, F. Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras. Campinas: Editora Unesp e Edições Facamp, 2009.

isso fosse reportado semanalmente ao poder executivo. Além disso, sugere a construção de casas num programa de habitação e a manutenção e reparo das estradas como gastos emergenciais que seriam importantes num cenário em que os objetivos não fossem atingidos.

As medidas emergenciais realizadas por Roosevelt nos primeiros anos do *New Deal* estiveram relacionadas com reformas emergenciais (como a realizada no sistema bancário, por exemplo) e, principalmente, com alguns investimentos públicos administrados pela *Civil Works Administration* até 1934 e depois por meio do *Federal Emergency Relief Act*. As ações consistiam basicamente na construção de estradas, escolas e parques e no oferecimento de um programa de emprego temporário (de curto período) em atividades intensivas de trabalho, pelo qual se pagava um salário mínimo.

O principal elemento a se destacar aqui é a importância dada por Keynes em se realizar gastos emergenciais que sirvam como base para a recuperação da economia. Nesse sentido, o economista chega a sugerir (no caso do plano implementado não ser efetivo) que se planejem gastos em manutenção e reparo de estradas e na construção de habitações. Uma das principais razões que aponta para isso é o fato desse tipo de investimento ser de rápido tempo de maturação e empregar um elevado contingente de trabalhadores. Isso cumpriria tanto o papel de gerar atividade econômica e, conseqüentemente emprego, como de ser um ativador da mudança das expectativas dos capitalistas.

O segundo elemento apontado pelo autor diz respeito aos altos custos do material de construção e da força de trabalho na construção civil, dizendo que "é de primeira importância para a Administração tomar todas as medidas ao seu alcance para reduzir os custos unitários dessas indústrias"¹⁹. Essa crítica está baseada nas ações do governo dos Estados Unidos que buscavam combater a paralisia da economia, e nesse sentido a deflação dos preços, por meio da restrição da oferta ou pelo aumento da emissão monetária.

A busca da inflação por restrição de oferta foi a base da política *do Agricultural Adjustment Act (AAA)*, programa emergencial para a agricultura feito por Roosevelt. Este setor já vinha, desde a década de 1920, com queda nos preços e no lucro. Quando eclodiu a crise de 1929, os preços despencaram completamente. O AAA foi a tentativa

¹⁹ KEYNES, J. M. *Agenda for the President*. In: The Collected Writings of John Maynard Keynes. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972, p. 322.

de se tomar medidas para, dentre outras coisas, garantir o aumento dos preços por meio da restrição da oferta de determinados tipos "básicos" de *commodities* (foram eleitos 16 tipos, entre eles tabaco, batata e açúcar da cana).

Essa política foi duramente criticada por Keynes, pois, na sua visão, se baseava numa forma errada de se entender a necessidade de inflação durante depressões econômicas. Esta seria bem-vinda, desde que fosse consequência da recuperação da economia e, nesse sentido, fosse uma "inflação natural", ou seja, fruto do aumento da demanda e não produzida artificialmente, por meio da diminuição da oferta.

O aumento nos custos de produção, quando fruto de uma política de emissão monetária com o objetivo de se ter inflação (aumento dos preços, devido ao aumento da quantidade de papel moeda emitida), também geraria, segundo Keynes, uma inflação artificial, uma vez que não seria decorrência do aumento da atividade econômica. Contudo, no caso da indústria (de construção civil), citado por Keynes, há outros fatores que são necessários considerar, como, por exemplo, a política econômica para a indústria, o *National Recovery Industrial Act (NIRA)*, que foi criticado pelo economista por ser pensado como essencialmente reforma e que poderia, inclusive, impedir a recuperação.

A NRA foi uma política para a indústria que teve diversas medidas de regulamentação do trabalho (dentre as principais podemos citar a extinção do trabalho infantil, a regulamentação de 40 horas semanais, a regulamentação especial para o trabalho feminino) e também concedeu na Seção 7(a) a liberdade dos trabalhadores se organizarem por indústria - anteriormente a organização sindical era feita por empresa, as *company unions*. Além disso, essa política industrial determinou a formação da *National Recovery Administration*, uma agência do governo para auxiliar nos acordos de regulação de preços, produção, investimento, marketing e preços praticados.

Esses acordos eram estabelecidos em termos de "fair competition", ou seja, eram desenhados por um comitê tripartite de empresários, trabalhadores e consumidores, mas que na prática significava a decisão dos primeiros sobre a economia. Como afirma Campagna: "(...) the actual development of them was dominated by business and mainly big business at that. Labor and consumers had little voice in their construction".

Essa política trouxe resultados contraditórios, a fixação de preços era um problema, pois "eram definidos de forma arbitrária e frequentemente num nível maior

do que as condições de mercado iriam ditar", porque na prática eram feitos pelos próprios empresários. Este elemento está na base da crítica do aumento dos custos de produção.

É interessante também destacar que Keynes critica o aumento da remuneração do trabalho, o salário, e nesse sentido é importante remarcar que a NRA, devido à determinação das condições da indústria feita pelas grandes empresas (horas trabalhadas e salários mínimos, por exemplo), foi fonte de grande descontentamento por parte dos trabalhadores que fizeram diversas mobilizações no período.

O terceiro e o quarto elementos apontados por Keynes se relacionam à política monetária levada a cabo por Roosevelt durante o período do *New Deal*. A principal medida tomada pelo governo de Roosevelt, nesse sentido, foi a quebra com o padrão ouro, por meio da supervalorização do dólar, estimulando o influxo de ouro para o país. Segundo Keynes, a taxa de câmbio era de vital importância para a recuperação econômica, porque significaria a garantia de preços estáveis, mas principalmente porque tinha relação direta com a emissão monetária do país e nesse sentido com a inflação e a recuperação econômica.

Em *An Open Letter to President Roosevelt*, Keynes apresenta três alternativas para a política cambial dos Estados Unidos: i) retomar o padrão ouro por meio de uma desvalorização do dólar em relação ao ouro e o estabelecimento de uma nova taxa de câmbio fixa; ii) procurar uma política de estabilização do câmbio em comum com a Grã Bretanha com o objetivo de estabilizar os preços, embora Keynes considere que essa política seria muito difícil de se concretizar pela relação entre a libra e o dólar; e, iii) controlar a taxa de câmbio do dólar por meio de compra e venda de ouro e outras moedas estrangeiras, mantendo a possibilidade de modificar a relação entre ouro e dólar, mas fazendo isso apenas em razão de algum problema importante na balança de pagamentos do país. Essa última era, em sua opinião, a melhor política cambial, pois evitaria flutuações desnecessárias, porém manteria "a liberdade para fazer sua política cambial subserviente às necessidades da política doméstica - livre para afrouxar o cinto na proporção em que você coloque carne"²⁰.

Essa última opção que Keynes considera como a melhor a ser aplicada era muito parecida com aquilo que é aplicado por Roosevelt em 1934, quando ele sente a

²⁰ KEYNES, J. M. *An open letter to President Roosevelt*. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972, p. 322

necessidade de desvalorização do ouro e propõe que o "lucro" dessa desvalorização seja destinado para uma reserva de estabilização da política cambial. Depois desse movimento, a taxa de câmbio dos Estados Unidos permanece estável durante o período. Em 1933, Roosevelt faz o seguinte discurso, já anunciando a necessidade da desvalorização:

"The effect of this had been to contribute to the serious decrease in our foreign trade, not because our own prices, in terms of dollars, had risen, nor because our products were of inferior quality, nor because we did not have sufficient products to export. But because, in terms of foreign currencies, our products had become so much more expensive, we were not able to obtain our fair share of the world's trade. It was, therefore, necessary to take measures which would result in bringing the dollar back to the position where a fair amount of foreign currency could again buy our product"²¹.

Do ponto de vista da taxa de juros praticada durante o *New Deal*, Campagna a caracteriza como uma política passiva, ou seja, que não era fruto de uma política governamental que busca baixar a taxa de juros para estimular o investimento, ficando na dependência da determinação feita pelo mercado das flutuações de ouro na economia. Já para Keynes esse elemento é um dos mais importantes porque, segundo ele, a queda na taxa de juros, particularmente dos empréstimos de longo-prazo, é condição primordial para incentivar inversões dos empresários e modificar suas expectativas. Contudo, essa medida não foi levada pelo governo Roosevelt durante o New Deal, apesar do influxo de ouro e do aumento de reservas do sistema bancário que davam base para a expansão dos empréstimos bancários, estes ainda se mantinham relutantes, preferiam comprar os títulos do governo com sua remuneração garantida e manter sua liquidez por meio das reservas a realizar empréstimos, ainda mais de longo prazo, num futuro incerto como o da década de 1930.

Como vimos, algumas críticas antecipadas por John Maynard Keynes tiveram paralelo com as ações implementadas ou reconsideradas pelo governo Roosevelt, por exemplo, a desvalorização do câmbio, a extinção da NRA e do seu comitê tripartite, a política de investimentos públicos - mas não na magnitude que Keynes defendia. Contudo, o *New Deal*, ainda assim, se manteve como uma política econômica de mais reformas sociais e econômicas do que de recuperação e, no que tange a ter uma política monetária ativa que pudesse estimular os bancos a conceder empréstimos de longo-

²¹ CAMPAGNA, A.S. *U.S. National Economic Policy 1917-1985*. Nova York: Praeger Publishers, 1987.

prazo a taxas de juros pequenas, nunca chegou a se efetivar durante o período do *New Deal*.

Em síntese, podemos dizer que as críticas e sugestões de John Maynard Keynes para a recuperação econômica estavam na ação do Estado por meio de um plano de obras públicas, todas as outras medidas econômicas (planos de obras públicas, taxa de juros, taxa de câmbio, nível da inflação, reformas nos principais setores da economia) deviam estar a serviço de possibilitar os gastos do governo e, conseqüentemente, o aumento da demanda, motor do crescimento econômico.

"Se por alguma razão os indivíduos que compõem a nação não estão dispostos, cada um na sua capacidade própria, a gastar o suficiente para empregar os recursos da forma como a nação é dotada, então é responsabilidade do governo, o representante coletivo de todos os indivíduos da nação, preencher a lacuna"²².

No próximo capítulo, temos como objetivo relacionar essas críticas e sugestões com a visão de mundo de Keynes e desenvolver quais elementos fizeram com que o governo de Franklin D. Roosevelt fosse incapaz de praticar as sugestões realizadas pelo economista.

²² KEYNES, J. M.. O Fim do 'Laissez-Faire. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), John Maynard Keynes, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978, pp. 106-124.

Capítulo 3 - New Deal: Keynes e as opções de Roosevelt

3.1- Introdução

As sugestões e críticas feitas por Keynes acerca do *New Deal* conectam-se com a sua visão de mundo na medida em que este acredita na importância da ação do Estado para controlar os efeitos nocivos gerados pelo capitalismo quando este funciona livremente por seus próprios mecanismos (a busca por *states of mind* como o "amor ao dinheiro"), o que levaria ao aumento do risco e das incertezas. Em *O fim do laissez faire* Keynes aborda a necessidade da ação coletiva, ou seja, a ação do Estado por meio de uma *Agenda* para acabar com o desemprego, a desigualdade, a queda na eficiência da produção, que na sua concepção eram os principais problemas do capitalismo.

Contudo, quando investigamos a sua *Agenda* para o *New Deal* podemos ver que o Estado norte-americano não implementou todas as sugestões feitas pelo economista, como, por exemplo, uma política monetária ativa que reduzisse as taxas de juros e estimulasse os grandes bancos a se desfazer de suas reservas e conceder empréstimos de longo-prazo aos empresários. Mas principalmente, Roosevelt não implementou a sugestão de aumento dos gastos públicos no nível necessário para que se recuperasse da crise; embora, como vimos, o governo dos Estados Unidos tenha dobrado suas despesas no período. Ao contrário, mesmo no momento em que há um aprofundamento das medidas ditas keynesianas por parte do governo Roosevelt - a partir de 1935- este se manteve mais focado nas reformas (nas questões do trabalho, da indústria, dos tributos) do que em implementar esse aumento de gastos (CAMPAGNA, 1987).

Procuraremos nesse capítulo buscar alguns elementos da situação política dos Estados Unidos que nos permitam investigar porque o governo americano não implementou essas sugestões. Entretanto, primeiramente aprofundaremos os elementos presentes nos escritos de Keynes que nos permitem relacioná-los com sua visão de mundo.

3.2 - A visão de mundo Keynesiana em suas propostas para *New Deal: moral risk e business confidence*

John Maynard Keynes, na primeira carta que escreve para Franklin Roosevelt, *An Open Letter to President Roosevelt*, inicia a sua correspondência com a seguinte reflexão:

"Você fez a si mesmo a esperança para aqueles em todos os países que

procuram consertar os males da nossa condição por experiências razoáveis fundamentadas no âmbito do sistema social existente. Se você falhar, a mudança racional será gravemente prejudicada em todo o mundo, deixando ortodoxia e da revolução para lutar. Mas se você for bem sucedido, métodos novos e mais ousados serão tentados em todos os lugares, e poderemos datar o primeiro capítulo de uma nova era econômica de sua adesão ao escritório"²³.

Desta forma, como podemos analisar na citação acima, a importância do governo de Roosevelt estava no fato de que ele poderia representar uma saída para a maneira de combater e solucionar a crise econômica que o mundo vivia. Logo de início, Keynes deixa claro o marco do qual está falando: nem ortodoxia, nem revolução. Diz ainda que, se Roosevelt falhar, a *mudança racional* será gravemente prejudicada.

A *mudança racional* representada pela alternativa de Roosevelt está relacionada com a forma com que Keynes entende a motivação das ações dos indivíduos, no sentido de que todo indivíduo faz escolhas de um modo racional, por meio do cálculo de benefícios e prejuízos. Sendo assim, os indivíduos, exatamente por terem essa característica, enxergam as mudanças de uma maneira conservadora, a isso Keynes atribui o nome de *moral risk*, ou seja, o fato de que, por serem racionais, os indivíduos preferem a certeza das mudanças pequenas à incerteza das grandes mudanças.

Esse elemento é fundamental na teoria de John Maynard Keynes, pois, a partir desse pressuposto acerca do comportamento dos indivíduos, demarca a sua concepção de mudanças por dentro do sistema (mantendo suas estruturas) e nesse aspecto o caráter *reformista* das suas propostas. Desta forma, quando analisa o processo de destruição das estruturas sociais (a revolução social) entende a motivação dos indivíduos como um comportamento religioso, e nesse sentido irracional. Com base nisso, analisa, por exemplo, a Revolução Russa de 1917.

"Leninism is a combination of two things which Europeans have kept for some centuries in different compartments of the soul—religion and business. We are shocked because the religion is new, and contemptuous because the business, being sub-ordinated to the religion instead of the other way round, is highly inefficient"²⁴.

²³ KEYNES, J. M. An open letter to President Roosevelt. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972, p. 289

²⁴ KEYNES, J. M. A short view on Russia. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972, p. 253

Como vimos, a visão de mundo de Keynes - bastante inspirada no *utilitarismo ideal* de Moore - está baseada numa sociedade composta por indivíduos racionais cuja ação é guiada no sentido de se atingir determinados *states of mind*. Contudo, o resultado do conjunto das ações - racionais- dos indivíduos, não necessariamente significa o melhor resultado para o todo coletivo (noção de *todo orgânico* de Moore). Essa concepção se expressa nas propostas de *Agenda* feita por Keynes quando propõe que o Estado estimule políticas econômicas que "forcem" os gastos dos bancos, como por exemplo a redução da taxa de juros, e que leva à "redução da riqueza" dos banqueiros por os prejudicar momentaneamente, mas em contrapartida estimula a demanda do país, o multiplicador de renda e, nesse sentido, a melhoria da situação econômica para o todo.

"How, then, can a nation become rich by doing what must impoverish and individual? By this thought the public is bewildered. Yes a course of behavior which might make a single individual poor *can* make a nation wealthy. For when an individual spends, he affects not only himself but others. Spending is a two-sided transaction. If I spend my income on buying something which you can make for me, I have not increased my own income, but I have increased yours. If you respond by buying something which I can make for you, then my income also is increased. Thus, when we are thinking of the nation as a whole, we must take account of the results as a whole"²⁵.

Em, *Agenda for the President*, Keynes apresenta como o principal problema para os Estados Unidos a necessidade de garantir o ambiente econômico propício para a recuperação dos investimentos do capital privado que favoreça a mudança do *states of mind* predominante nos tempos de crise do capitalismo.

"For this, I think, is how the Administration should view its tasks. I see no likelihood that business of its own initiative will invest in durable goods on a sufficient scale for many months to come, for the following reasons. In first place, the important but intangible state of mind which we call business confidence, is signally lacking. It would be easy to mention specific causes of this, for some of which the Administration may be to blame. Probably the most important is the menace of the possible labour troubles. But the real explanation, is in my judgement,

²⁵ KEYNES, J. M. Can America spend its way into recovery?. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972, p. 334

lies deeper than the specific causes. It is to be found in the perplexity and discomfort which the business world feels from being driven so far its accustomed moorings into unknown and uncharted waters"²⁶

Como podemos ver (na citação acima), para Keynes a recuperação dos investimentos privados depende por um lado do aumento na demanda de bens duráveis e por outro na melhoria das taxas de juros para que se estimule o investimento. Ao mesmo tempo, essa recuperação pode ser ameaçada por *causas específicas* como os problemas derivados das relações de trabalho, mas esse não seria o principal fator, a real explicação para a dificuldade da recuperação econômica estava na falta de *business confidence* que acentuava a atmosfera de desapontamento, desilusão e perplexidade.

Desta forma, a partir desses três elementos podemos dizer que para John Maynard Keynes a solução para a crise econômica estaria *dentro do capitalismo*, uma vez que os indivíduos racionais não estariam dispostos a correr o risco das transformações bruscas (*moral risk*) e o agente dessas mudanças é o Estado, por meio da sua intervenção como forma de diminuir as incertezas do sistema e dessa forma modificar os *states of mind* predominantes no capitalismo.

Ainda, o papel do Estado estaria em fornecer as bases para a solução dos problemas econômicos e, desta forma, a diminuição do ambiente instável do capitalismo - caracterizado pelo estado de mente do "amor ao dinheiro"- que possibilitaria um ambiente propício para que os indivíduos orientassem suas ações por objetivos morais elevados e que assim levasse ao progresso social. Nesse sentido, a solução do problema econômico como as instabilidades e a crise pressupõe as mudanças necessárias para recuperar a ação do capitalista, uma vez que mudanças radicais estão descartadas e para isso é necessária a ação do Estado como garantidor em última instância das melhores condições para isso.

Contudo, essas propostas feitas por Keynes não foram levadas a cabo por Roosevelt, isso porque a Administração permaneceu mais inclinada para as questões de reforma do que de recuperação. O crescimento econômico apenas foi possível após 1937 com o esforço de guerra. O que buscaremos analisar é quais elementos foram importantes para essa escolha, ou seja, de que forma os conflitos do trabalho impactaram na opção de Roosevelt por maiores reformas e no sentido de não seguir a

²⁶ KEYNES, J. M. Agenda for the president. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972, p. 322

risca as recomendações de Keynes.

3.3 - *New Deal*: instabilidade política nos Estados Unidos e as opções de Roosevelt

Conforme vimos, as sugestões e críticas feitas por Keynes ao *New Deal* se relacionam com a sua visão de mundo, e se conectam com a sua visão sobre o Estado que seria o agente coletivo capaz de mitigar os problemas do capitalismo. O economista sempre fala da necessidade da recuperação econômica e faz sugestões para isso que nem sempre são aceitas por Roosevelt. A questão que se coloca é porque Roosevelt não foi capaz de aplicar as sugestões keynesianas?

Os Estados Unidos na década de 1930 eram um país desestabilizado não apenas pelos impactos econômicos da Grande Depressão, senão que também por suas consequências políticas. A eleição de Roosevelt foi um momento de unidade entre os diversos setores da burguesia que o apoiaram em base à necessidade que se tinha de agir contra a crise e do Estado ajudar a indústria, a agricultura e, principalmente, os bancos que estavam quebrando. (CAMPAGNA, 1982).

Contudo, como vimos, era um governo baseado na necessidade de ação e que não tinha uma concepção de política econômica determinada, esta foi sendo construída ao longo das necessidades que foram colocadas ao governo. Ainda que a política levada a cabo por Roosevelt privilegiasse o grande capital na indústria e bancos, por meio da NRA (onde toda política para cada parte da indústria era ditada pelas grandes empresas, com maior peso econômico e melhor organizadas) e do Banking Act (que salvou apenas uma parte do setor bancário, favorecendo o movimento de concentração de capital nesse setor que era altamente pulverizado) não havia tanta polêmica quando da adoção das medidas, porque existia o consenso de que alguma alternativa deveria ser apresentada (SPECTOR, 1938).

Entretanto, a partir de momento que houve uma certa recuperação da economia e nos negócios, combinado com os impactos contraditórios de algumas medidas adotadas como a NRA (que culminou na sua extinção), a unidade entre estes setores foi se desfazendo frente a questões mais "polêmicas" como, por exemplo, o imposto proposto por Roosevelt em 1935 para taxar o lucro das empresas. A coalizão que sustentava o governo se tornou mais fraca e os setores mais ortodoxos passaram a questionar com mais força as medidas de reforma e de gasto governamental apresentadas pela

presidência.

"Thus Roosevelt found himself struggling to keep together the coalition of his administration, but he seemed to fear radical elements more than conservative ones. The spring of 1935 brought to the administration a reawakening. In May the Supreme Court struck down the NRA as unconstitutional. One cornerstone of the New Deal was now missing. Also in May the Chamber of Commerce broke with the New Deal began its criticisms of Roosevelt and his programs. Now the business part of the coalition was breaking away"²⁷.

Por outro lado, o governo dos Estados Unidos também teve que lidar durante toda a década de 1930 com grandes mobilizações de trabalhadores, seja em comissões que organizavam os desempregados, seja dos trabalhadores empregados qualificados e não qualificados dos principais setores da indústria, como as automobilísticas e as metalúrgicas.

Já no ano anterior à eleição de Roosevelt havia um processo de aumento das mobilizações de trabalhadores e desempregados, que continuou ao longo de 1933, num discurso feito pelo rádio o Presidente dizia: "The workers of this country have rights under this law which cannot be taken from them, and nobody will be permitted to whittle them away but, on the other hand, no aggression is necessary now to attain these rights...", as "agressões" eram referência às greves realizadas. Foram totalizadas 841 greves em todo país durante 1932 e esse número saltou para 1695 em 1933, sendo que o número de trabalhadores grevistas aumentou extraordinariamente em um ano, de 324 mil para 1,16 milhão. Estes processos foram a base para a concessão de direitos realizada pela NRA como a seção 7(a) que permite a organização por indústria, de forma independente do empregador. (PREIS, 1972)

A recuperação relativa da economia favoreceu esse processo, a possibilidade de sindicalização também ajudou na mobilização dos trabalhadores de conjunto -ainda que, se nos sindicatos por indústria esse número cresceu bastante, essa elevação também foi vista na organização por empresa, fato que sugere uma politização mais geral dos trabalhadores e não apenas em razão do direito a organização conquistado. A própria política de comitê tripartite da NRA trazia muitos questionamentos, porque os salários mínimos e as horas de trabalho eram determinados por setor da indústria, de forma

²⁷ CAMPAGNA, A.S. *U.S. National Economic Policy 1917-1985*. Nova York: Praeger Publishers, 1987.

arbitrária pelos empresários e com grandes desigualdades entre eles. O piso mínimo firmado pelas empresas (entre 8 e 15 dólares por semana para 40h de trabalho) era aquele praticado e significava muito pouco para os trabalhadores: "era o suficiente para não morrerem de fome, mas muito pouco para conseguirem viver"²⁸. Além disso, havia um descontentamento, que vinha desde a década de 1920, dos trabalhadores com a adoção das linhas de produção, porque o ritmo da produção era determinado inteiramente pelo patrão, impedindo o descanso dos trabalhadores e muitas vezes com "guardas" no chão de fábrica como força repressiva. Estas mobilizações eram feitas, muitas delas, de forma independente dos sindicatos, com comissões organizadas nas fábricas, e nesse sentido levaram a um processo de questionamento da central sindical que organizava a maioria dos trabalhadores nos Estados Unidos, a AFL.

Durante o ano de 1934, esse processo de acirramento dos conflitos entre capital e trabalho apenas se aprofundou, houveram três greves na primeira metade do ano, consideradas marcantes: a dos trabalhadores da *Electric Auto-Lite Company* de Toledo, a dos caminhoneiros de Minneapolis, a dos estivadores de San Francisco. As mobilizações anteriores a essas feitas eram processos em que os trabalhadores não conseguiam suas reivindicações, pelo fato dos empregadores e do Estado se utilizarem de diversos mecanismos judiciais, repressivos, ameaça de demissão, etc. que faziam os grevistas desistirem, mas nessas três mobilizações, os trabalhadores conseguiram suas reivindicações, inaugurando um novo ciclo de greves no país que deu origem a outra central sindical, que não a AFL, a CIO (*Congress of Industrial Organizations*) fundada por milhões de trabalhadores dos Estados Unidos.

Dentre os elementos que estas greves apresentaram de distinto das outras, está nos métodos dos trabalhadores, que desafiaram as decisões da justiça, as ameaças de demissão dos empregadores, realizaram piquetes em frente às fábricas e, principalmente, se organizaram com demais setores da sociedade, o que lhes conferiu uma força muito maior. Na greve de Toledo, por exemplo, os trabalhadores realizaram piquetes e manifestações conjuntamente com a organização de desempregados, na greve de San Francisco a cidade inteira parou por meio de uma greve-geral em apoio à mobilização, na dos caminhoneiros de Minneapolis também diversos setores da sociedade apoiaram a greve. (PREIS, 1972).

Além disso, é importante destacar que estas greves da década de 1930, sofreram

²⁸ PREIS, A. *Twenty Years of the CIO: Labor's Giant Step*. New York, 1972: Pathfinder Press.

muita repressão pelo governo. Nas três que estamos citando como principais, que envolveram toda a cidade e foram relativamente longas, os trabalhadores viveram um cenário de guerra civil. Mas mesmo antes delas os números da repressão chamam atenção: foram 13 mortes, 200 feridos e centenas de presos somente no segundo semestre de 1933²⁹.

Este processo de mobilização representou uma grande instabilidade e desgaste para o governo Roosevelt, que a partir de 1934, teve que repensar sua política, extinguindo a NRA, e colocando em prática o Social Security Act para ajudar àqueles que estavam em situação emergencial e o Wagner Act, que concedia mais direitos sindicais aos trabalhadores, além disso, o governo criou também um Comitê responsável por negociar com os trabalhadores.

Em síntese, podemos ver que haviam elementos muito fortes de instabilidade no governo Roosevelt, tanto pelas fissuras na sua unidade entre os empresários, mas, principalmente, da mobilização dos trabalhadores que, entre outros fatores, podem ser considerados como razão relevante para que o Presidente não tenha encaminhado todas as sugestões keynesianas. A queda dos salários, que seria uma tentativa de diminuir os custos do trabalho, considerados por Keynes como elevados no setor da construção civil, se torna muito difícil quando pensamos um cenário de mobilização dos trabalhadores que iriam resistir muito a isso. Ainda, a queda da taxa de juros comprometeria os interesses do setor que Roosevelt tinha apoiado desde o início de seu governo, os grandes bancos norte-americanos. Da mesma forma que, diante desse cenário de instabilidade, as medidas de reforma, particularmente as sociais, eram de extrema importância para o Presidente, que tentava encontrar medidas de criar uma coalizão de governo e as lutas dos trabalhadores que vinham ocorrendo.

Em sua primeira carta à Roosevelt, John Maynard Keynes escreve: "In the past, orthodox finance has regarded a war as the only legitimate excuse for creating employment by government expenditure. You, Mr. President, having the cast off such fetters, are free to engage in the interests of peace and prosperity the technique of war and destruction"³⁰. Entretanto, tanto a sugestão de Keynes não foi realizada completamente por uma impossibilidade colocada pelo ambiente político dos Estados

²⁹ PREIS, A. *Twenty Years of the CIO: Labor's Giant Step*. New York, 1972: Pathfinder Press.

³⁰ KEYNES, J. M. An Open Letter to President Roosevelt. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972, p. 289

Unidos, como o próprio New Deal foi incapaz de por meio de utilizar as técnicas da guerra, para os interesses da paz e da prosperidade.

Ao contrário, a recuperação da Grande Depressão só ocorreu de fato com a iminência da Segunda Guerra Mundial e a preparação para o conflito que os Estados Unidos passou a realizar, com aí sim o Estado aumentando extraordinariamente seus gastos, comprando produtos da indústria bélica, apenas essa perspectiva fez com que os bancos passassem a conceder financiamento dos investimentos e foi capaz de acabar com as incertezas.

Conclusão

Neste trabalho desenvolvemos por meio de uma investigação inicial aspectos do pensamento político de John Maynard Keynes, partindo dos seus manuscritos sobre o *New Deal* na início da década de 1930 e as propostas de *Agenda* para o Estado norte-americano.

Como vimos, no marco de uma crítica mais geral da necessidade de aumento dos gastos públicos do governo para a recuperação da economia, as principais medidas que Keynes propõe como saída para a Grande Depressão podem ser condensadas em: i) conhecimento dos impactos e controle dos gastos emergenciais realizados pelo governo; ii) redução dos custos de produção e a formulação de um plano de habitação; iii) queda da taxa de juros de longo prazo, como parte de melhores condições de empréstimo de longo prazo; iv) manutenção de uma política monetária de desvalorização cambial.

Ao longo do trabalho vimos como algumas dessas medidas tiveram paralelo com as ações implementadas pelo governo Roosevelt, como por exemplo a desvalorização do câmbio, a extinção da NRA e do seu comitê tripartite, a política de investimentos públicos. Contudo, o governo Roosevelt se manteve com o foco da política econômica voltada para a questão das reformas sociais e econômicas, muito mais do que a recuperação e, particularmente com relação ao diminuir as taxas de juros e estimular os bancos para que fornecessem empréstimos de longo-prazo não chegou a ocorrer no período.

Nossa principal hipótese, que buscamos apontar como uma das razões pela qual não se implementou essa *Agenda*, foi a de que haviam elementos de instabilidade no governo Roosevelt, particularmente a mobilização dos trabalhadores durante os primeiros anos da década de 1930 que podem ser expressas pelos principais conflitos dos trabalhadores da *Electric Auto-Lite Company* de Toledo, a dos caminhoneiros de Minneapolis e a dos estivadores de San Francisco. Nesse ambiente instável as medidas de reforma na economia ganham um peso superior como forma de atender às mobilizações que ocorriam, sendo necessário que Roosevelt aprofunde elementos mais "reformistas" sua política para conseguir conter a mobilização dos trabalhadores.

Além disso, acreditamos que ficaria incompleta essa análise se não partíssemos de uma análise mais integral do pensamento do autor que não englobasse apenas a questão econômica, mas a relacionasse com a sua visão de mundo. Nesse sentido

apontamos a relação entre a filosofia de George Edward Moore e a teoria de John Maynard Keynes. Como síntese dessa visão de mundo podemos dizer que para Keynes os indivíduos se orientam de forma racional pela busca de estados mentais, por isso que por serem racionais os indivíduos não estariam dispostos a correr o risco das transformações bruscas (*moral risk*). Ao mesmo tempo que a ação individual impacta de diversas formas o todo, e não necessariamente a melhor escolha individual leva à melhor opção para o todo, podendo muitas vezes levar a instabilidade, ao risco, como no caso do capitalismo. Nesse sentido, caberia ao Estado fornecer as bases para a solução dos problemas econômicos e, desta forma, a diminuição do ambiente instável do capitalismo que possibilitaria um ambiente propício para que os indivíduos orientassem suas ações por objetivos morais elevados e que assim levasse ao progresso social.

Em nosso trabalho consideramos que demos passos iniciais para analisar o pensamento de John Maynard Keynes, contudo observamos que ainda seria necessário aprofundar nos elementos da sua visão de mundo. Além disso, também achamos que seria importante aprofundar nos processos de mobilização dos trabalhadores e a relação que o governo de Roosevelt teve com esses processos, que não pudemos realizar porque exigiria um aprofundamento na pesquisa por fontes históricas.

Bibliografia

CAMPAGNA, A.S. U.S. National Economic Policy 1917-1985. Nova York: Praeger Publishers, 1987.

CANNON, J. P. A história do trotskismo norte-americano (desde as origens em 1928 até a fundação do Socialist Workers Party, SWP, em 1938). São Paulo: Edições ISKRA, 2013.

FELDMANN, D.A. Um Ensaio sobre a Relação entre Economia e Política no Pensamento de Schumpeter, Keynes e Hayek. Dissertação. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2013.

GALBRAITH, J.K. Keynes, Roosevelt and the Complementary Revolutions. In: WOOD, J. C (org.) John Maynard Keynes: Critical Assessments Second Series. Londres: Routledge, 1994, vol. VI

HOBBSAWM, E. A era dos extremos: O breve século XX 1914-1917. São Paulo: 2008, Companhia das Letras.

JOSHUA, I. La crisis de 1929 y el emerger norteamericano. Buenos Aires: 2012, Ediciones IPS.

KEYNES, J. M. My early beliefs. In: JOHNSON, E., MOGGRIDGE, D. (Org) The Collected Writings of John Maynard Keynes. v. X. Londres: Macmillan, 1972.

KEYNES, J. M. The New Deal In.. JOHNSON, E., MOGGRIDGE, D. (Org) The Collected Writings of John Maynard Keynes. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972, p. 289 – 339.

KEYNES, J. M.. O Fim do ‘Laissez-Faire. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), John Maynard Keynes, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978, pp. 106-124.

MAZZUCHELLI, F. Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras. Campinas: Editora Unesp e Edições Facamp, 2009.

MOORE, G.E. Princípios Éticos In: Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 15

PREIS, A. Twenty Years of the CIO: Labor’s Giant Step. New York, 1972: Pathfinder Press.

SKIDELSKY, R. J. A. John Maynard Keynes, The economist as savior 1920-1937. Nova York: Penguin Books, 2005

SKIDELSKY, R. J. A. *The Return of the Master*. Nova Iorque: Public Affairs, 2009

SPECTOR, M. *The Collapse of the New Deal in The New International*, Vol. 4, N°6, junho/1938.

SWEEZY, P. M. John Maynard Keynes. In: WOOD, J. C (org.) *John Maynard Keynes: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1994, vol. I